



8 de Março

Dia Internacional da Mulher um dia para assinalar uma luta de todos os dias



**Participação das mulheres em igualdade
numa sociedade mais justa
num país soberano**




Os direitos de maternidade e paternidade não são respeitados

A demagogia em torno da «natalidade» esconde o regresso a concepções retrógradas e a deliberada opção do actual Governo PSD/CDS-PP pela violação da legislação que consagra a maternidade e paternidade, designadamente, no trabalho e na segurança social:

- A desregulação dos horários de trabalho, a intensificação dos ritmos de trabalho impedem o tempo de apoio aos filhos desde o nascimento e ao longo do seu crescimento;
- O desemprego, a precariedade laboral, a redução dos salários e dos apoios sociais são responsáveis pelo aumento da pobreza nas famílias e pela pobreza infantil (54,5% das crianças vivem em famílias com rendimentos inferiores a 628 euros);
- É negado às mulheres a liberdade de decidir o momento e o número de filhos que desejam ter; jovens que são discriminadas no acesso ao primeiro emprego porque podem decidir engravidar; crescentes pressões económicas e laborais para as trabalhadoras não gozarem a licença de maternidade na sua totalidade; trabalhadoras em situação precária sem direito à licença de maternidade;
- Falta de vagas em creches, infantários e noutros equipamentos de apoio à família como resultado da privatização da rede de equipamentos sociais, mensuralidades elevadas para as famílias das classes trabalhadores e populares.



Foto de Eduardo Gageiro



Para o PSD/CDS-PP a renovação das gerações são da exclusiva responsabilidade da família e da mulher. Assumem políticas assentes na desresponsabilização do Estado, das entidades patronais e da sociedade para com a função social da maternidade e paternidade.

A Revolução de Abril inaugurou um tempo de direitos para as mulheres



Foto de Eduardo Gageiro

Os direitos das mulheres são recentes na história de Portugal. Inscrevem-se entre as grandes conquistas alcançadas pelo nosso povo com a Revolução de Abril, que pôs fim à ausência de direitos das mulheres imposta pelo fascismo.

No trabalho foi instituído o princípio do salário igual para trabalho igual. Estabelecido o salário mínimo nacional. Garantido o direito a férias, subsídio de férias e de Natal. Deixou de haver profissões vedadas às mulheres e reconhecido o direito de participação em todos os sectores de actividade. Foi estabelecido o direito à protecção da maternidade, no desemprego, na invalidez, na doença e na velhice no âmbito do sistema público de segurança social.

Na família foi reconhecido o estatuto de igualdade entre ambos os cônjugues. Foi feito o reconhecimento legal da família fora do casamento. Foi consagrada a igualdade dos filhos nascidos dentro e fora do casamento. Alargaram-se os fundamentos do divórcio.

No ensino foi suprimida a separação entre sexos. Alargou-se a escolaridade obrigatória e introduziram-se novas disciplinas, nomeadamente a educação sexual. A escola pública garantiu a democratização da educação.

Na saúde foi criada a rede de cuidados primários, generalização do acompanhamento médico durante a gravidez e o parto, instituído o parto hospitalar e a criação das consultas de planeamento familiar. O Serviço Nacional de Saúde incorporou o reconhecimento e protecção dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

Na vida política e social a mulher passou a exercer as liberdades democráticas conquistadas, o direito de expressar o seu pensamento, o direito de voto, a eleger e ser eleita, os direitos sindicais, o direito de pertencer a partidos políticos, a organizações sociais, e em defesa dos seus direitos específicos.



A Revolução de Abril colocou na ordem do dia o direito à igualdade, a luta contra os preconceitos e ideias retrógradas acerca da mulher e a exigência do fim das discriminações.

A Constituição da República, lei fundamental do País, reconheceu o princípio da igualdade jurídica e da igualdade de oportunidades e interditou quaisquer discriminações por razões do sexo.



As mulheres exigem viver em Igualdade

Quarenta anos após o 25 de Abril as mulheres portuguesas, num tempo marcado pelo profundo retrocesso nas suas condições de vida e nos seus direitos específicos conquistados com a Revolução, podem contar com o apoio incondicional do Partido Comunista Português à sua justa luta pela efectivação do direito à igualdade para as actuais e futuras gerações de mulheres.

O PCP ao longo de décadas tem assumido um activo papel na defesa dos direitos das mulheres, como o mostram todas as propostas de aperfeiçoamento da legislação em defesa dos seus direitos específicos, a sua luta pela efectivação da igualdade, na lei e na vida e exortando as mulheres portuguesas a assumirem nas suas mãos a luta em defesa dos seus direitos.

A política de direita está a destruir os direitos das mulheres

A política de direita, que compromete e responsabiliza o PS, o PSD e o CDS-PP, tem semeado injustiças e desigualdades sociais na sociedade portuguesa, arrastando consigo o regresso às discriminações das mulheres no trabalho, na maternidade, na família e na sociedade em geral.

Nos últimos três anos a política de direita – a pretexto da crise, do défice das contas públicas e da dívida – assente no empobrecimento generalizado dos trabalhadores e da população portuguesa destrói importantes direitos económicos e sociais de quem tem como única fonte de rendimento o seu trabalho ou a sua pensão.

Os «sucessos» do Governo PSD/CDS-PP são a desgraça de milhões de portugueses: 1 milhão e meio de desempregados. Três milhões de pobres. 500 mil desempregados sem qualquer apoio social. 250 mil trabalhadores obrigados a emigrar. Mais de 70 mil empresas arrastadas para a falência. Redução média dos salários superior a 10%. 500 mil empregos destruídos. Menos acesso a cuidados de saúde e de educação. Milhares de famílias sem direito a abono de família, ao rendimento social de inserção, ao complemento solidário para idosos, entre outros apoios sociais.



A política de direita é responsável pelo empobrecimento, pelo retrocesso social, pela destruição dos direitos das mulheres das classes trabalhadoras e das populações. A legislação que consagra a igualdade não é cumprida.



Aumenta o número de mulheres que estão impedidas de exercer direitos fundamentais conquistados após o 25 de Abril e plasmados na Constituição da República Portuguesa:

- Mulheres que integram o exército de trabalhadores que estão a ser despedidos, forçados ao desemprego, sem direito a emprego estável e a um salário digno, que caem nas malhas da precariedade laboral, das empresas de aluguer de mão-de-obra, ou na economia clandestina;
- Trabalhadoras que «acumulam» trabalhos para ao fim do mês, sem quase verem os filhos, receberem um salário de miséria;
- Trabalhadoras do comércio e das grandes superfícies que trabalham sábados, domingos e feriados como se a sua vida pessoal e familiar não tivesse qualquer valor;
- Enfermeiras penalizadas pela desregulação dos horários de trabalho que atenta contra os seus direitos laborais e que põe em causa o direito a conciliarem a vida familiar e profissional;
- Trabalhadoras da Administração Pública, local e central, a quem é imposta uma brutal redução de salários, anulação de direitos de protecção social, o aumento do horário de trabalho para 8 horas diárias e 40 semanais;
- Milhares de mulheres que são consideradas «velhas demais» para obter emprego estável e «novas demais» para se reformarem;
- Milhares de mulheres que esticam pensões de miséria para alimentarem e cuidarem de pais, filhos e netos;
- Trabalhadoras de diversidades idades e qualificações, de diversos sectores de actividade que são penalizadas pelos baixos salários, pelas discriminações salariais, directas e indirectas, pela desvalorização das suas competências e saberes.

Ampliar a luta das mulheres, demitir o Governo, derrotar a política de direita

Os valores de Abril no futuro de Portugal. Uma política patriótica e de esquerda

Tal como a política de direita interrompeu o processo emancipador das mulheres iniciado com a Revolução de Abril, é na luta das mulheres pela ruptura com a política de direita e na construção dos caminhos de uma política patriótica e de esquerda para Portugal, que o PCP propõe, que serão retomados os valores de Abril no futuro de Portugal e efectivados os direitos de participação das mulheres em igualdade no trabalho, na família, na vida social, política e cultural.

Em defesa da igualdade Ampliar a luta das mulheres, demitir o Governo, derrotar a política de direita

Não há igualdade de direitos para as mulheres num país debilitado no plano económico, onde alastra o empobrecimento e o retrocesso social!
Atacar os direitos das mulheres é pôr em causa os direitos dos trabalhadores e do povo português. É atacar o regime democrático, as conquistas de Abril e a Constituição da República!
As mulheres portuguesas exigem e lutam por direitos próprios na lei e na vida porque estes são parte integrante de uma sociedade mais justa e mais democrática!
Porque a participação das mulheres em igualdade só é possível numa sociedade mais justa e num país soberano!

**O PCP é o partido
da emancipação social das mulheres.
Junta-te a nós!**



Ficha para contacto

- Quero receber informação
 Quero aderir ao PCP

NOME _____

MORADA _____

CÓDIGO POSTAL _____

TELEFONE _____ E-mail _____

Recorte e envie para:

*Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 • 1600-196 Lisboa*

www.pcp.pt

